



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

ANA CARLA ANDRADE DOS SANTOS

**UMA FILOSOFIA DA IMANÊNCIA:  
ESPINOSA ENTRE DESCARTES E LEIBNIZ**

BRASÍLIA-DF

2024

ANA CARLA ANDRADE DOS SANTOS

UMA FILOSOFIA DA IMANÊNCIA: ESPINOSA ENTRE DESCARTES E LEIBNIZ

Monografia final de conclusão do curso de graduação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de licenciatura em Filosofia, desenvolvida sob a orientação do Professor Dr. Fábio Mascarenhas Nolasco.

BRASÍLIA-DF

2024

À Ana Lidia.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, à minha família. Minha mãe, Aninha, minha irmã, Carol, e meu pai, Odirlei. Vocês sempre acreditaram em mim e comemoraram minhas conquistas. O apoio de vocês foi fundamental para que eu chegasse a este momento. Amo vocês.

Ao José, meu querido namorado, você sempre acreditou em mim e me motivou. Os momentos com você são os mais felizes da minha vida. Te amo muito.

Aos meus animais de estimação, Ernesto, Pingo e Locke, vocês são a felicidade da minha vida e meus melhores amigos. Apesar de entenderem apenas a linguagem do amor e das brincadeiras, não poderia deixar de mencionar vocês aqui.

À Joria, você e eu sabemos o significado deste trabalho. Seu apoio foi fundamental para que ele fosse concluído. Muito obrigada pelo incentivo. Você me ajudou a acreditar mais em mim e a perceber que todo esforço que faço por mim mesma vale mais a pena do que qualquer outra coisa.

À minha querida amiga Ana Lidia, que nos deixou este ano. Eu te amarei para sempre e nunca esquecerei nossa amizade. Sinto muito a sua falta. Nos conhecemos desde o ensino médio e, como você entrou antes na UnB, me ensinou tudo o que eu precisava saber sobre a universidade quando entrei também, até foi comigo no dia da minha matrícula, como eu tinha ido no dia da sua. Foi incrível ter te conhecido, ser sua amiga, contar com seu apoio e poder te apoiar tantas vezes. Enquanto eu existir, você viverá em meu coração e no coração de todos que te amam e que aqui ficaram. Você foi, e continua sendo, uma luz para todos nós que tivemos o prazer de ter compartilhado a vida com você.

À professora Ericka Itokazu, pois foi com a senhora que descobri meu amor pela filosofia moderna e comecei a pesquisar Descartes e Espinosa. Seus ensinamentos me trouxeram até aqui, e por isso sou muito grata.

E, por fim, e não menos importante, ao meu orientador, professor Fábio Nolasco. Muito obrigada pela paciência e pelos ensinamentos. Se eu cheguei até aqui foi também graças ao senhor. Muito obrigada.

É incrível saber que nunca estive sozinha e que tenho a todos vocês para agradecer. Finalizar este curso é uma grande conquista para mim, e espero que seja apenas o começo, que a filosofia esteja sempre presente na minha vida.

“Evil, ornery, scandalous and evil, most definitely.”

Sublime

## RESUMO

A filosofia moderna do século XVII travava uma batalha contra um inimigo em comum: a filosofia escolástica. Descartes, com o objetivo de encontrar uma base segura para o progresso da ciência, tomou uma atitude radical ao renunciar a todo o conhecimento que havia adquirido anteriormente na escola e duvidar até mesmo das informações transmitidas por seus próprios sentidos. Ele buscava reconstruir um saber realmente seguro, que fosse claro e distinto, e sobre o qual ninguém pudesse levantar dúvidas. Espinosa, por sua vez, estava imerso no pensamento cartesiano e, embora concordasse com Descartes em vários pontos, tornou-se também um crítico de seu projeto, desenvolvendo uma filosofia própria que pode ser considerada tão inovadora para a época quanto o próprio sistema cartesiano. Por outro lado, havia ainda outro grande filósofo, que se refere tanto a Descartes quanto a Espinosa: Leibniz. Além de filósofo, Leibniz era um matemático brilhante. Diferentemente dos outros dois, ele não achou necessário abandonar todo o conhecimento medieval e baseou sua ética e moral nos princípios cristãos, mantendo uma conexão mais estreita com a tradição. No que segue, exploraremos alguns conceitos: Deus, necessidade, liberdade e finalismo, os quais ao mesmo tempo conectam e diferenciam os três filósofos mencionados, mas em particular nos permitem observar com maior detalhe a particularidade/radicalidade de Espinoza em face de seu contexto.

**Palavras-chave:** Deus. Substância. Pensamento. Extensão. Atributo.

## ABSTRACT

Modern philosophy of the 17th century waged a battle against a common enemy: scholastic philosophy. Descartes, with the goal of finding a secure foundation for the progress of science, took a radical approach: he renounced all knowledge he had previously acquired and doubted even the information conveyed by his own senses. He sought to reconstruct a truly secure knowledge, one that was clear and distinct, and about which no one could raise any more doubts. Spinoza, in turn, was immersed in Cartesian thought, and although he agreed with Descartes on several points, he also became a critic of his project, and developed his own philosophy, which can be considered as innovative for the time as the Cartesian system itself. On the other hand, there was yet another great philosopher, who related both to Descartes and Spinoza: Leibniz. Besides being a philosopher, Leibniz was a brilliant mathematician. Unlike the other two, he did not find it necessary to abandon all medieval knowledge and based his ethics and morals on Christian principles, maintaining a closer connection to tradition. In the following, we will explore some concepts: God, necessity, freedom and finalism, which both connect and distinguish the three philosophers mentioned, but in particular allow us to observe to some detail Spinoza's particularity/radicality in contrast with his context.

**Keywords:** God. Substance. Thought. Extension. Attribute.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	8
<b>CAPÍTULO I</b> .....	12
Definição e natureza de Deus na modernidade e a crítica Espinosana.....	12
<b>CAPÍTULO II</b> .....	19
Espinoza e Leibniz: Sobre a necessidade do universo e a liberdade humana.....	19
<b>CAPÍTULO III</b> .....	25
Finalismo e superstição humana.....	25
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	30
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	32



## Introdução

Descartes em suas *Meditações sobre Filosofia Primeira*, abandona o conhecimento escolástico, fundado na filosofia aristotélica, e inicia uma busca por um conhecimento seguro por meio de sua metafísica, abrindo também os caminhos para a criação de uma ciência sólida. Através da dúvida hiperbólica, ele deixa de lado os princípios anteriores e mergulha em seus próprios pensamentos, sem ser influenciado por outros. Esse é um processo profundamente solitário, no qual Descartes entra em um mundo hostil, onde nada pode ser confiável. Ele põe em dúvida até sua própria existência, questionando a veracidade de tudo o que vê, toca, ouve, e das sensações que percebe. Esse mundo de incerteza poderia ser obra de gênios malignos ou até mesmo de um Deus enganador que distorce até os resultados mais precisos e simples da matemática. Até que, finalmente, Descartes entende que, independentemente de essa realidade ser tão insegura para sua razão e de que tudo o que ele acreditava anteriormente possa ser, de fato, falso, nada e nem ninguém pode fazer com que ele nada seja, já que ele está pensando. “Eu, eu sou, eu, eu existo, isto é certo. Mas, por quanto tempo? Ora, enquanto penso, pois talvez pudesse ocorrer também que, se eu já não tivesse nenhum pensamento, deixasse totalmente de ser.” (DESCARTES, 2004, p. 49) A partir desse ponto, Descartes busca reconstruir seu conhecimento sobre bases seguras, e o papel de Deus como um ser perfeito e não enganador é fundamental para garantir que as verdades claras e distintas, como as matemáticas, sejam confiáveis. Assim, ele consegue escapar da dúvida radical e estabelece os alicerces tanto para sua metafísica quanto para a ciência moderna, onde a razão desempenha um papel central. Sua filosofia é fundada em dois princípios: o eu pensante e Deus, o que é bastante inovador para o pensamento de sua época, já que, antes, os princípios fundadores da filosofia eram outros. A ocupação da filosofia era o estudo do ser, e Deus estava em um patamar distinto de pensamento, situado acima da metafísica.

No entanto, há de parecer surpreendente que Descartes afirme que ninguém considerou Deus, autor de todas as coisas e fonte da verdade, um princípio da filosofia. Sabemos, porém, que, na tradição tomista, Deus, embora princípio absoluto, não é “princípio da filosofia”, permanecendo fora e acima da metafísica (o campo divino é o da *sacra doctrina*, ou o que será posteriormente chamado de teologia revelada), e, na tradição scotista, assim como no pensamento de Suárez, o “princípio da filosofia” é o ser enquanto ser, que deve incluir Deus como “o mais nobre e mais perfeito” dos seres. A

inovação sem precedentes de Descartes, está, pois, em fundar duplamente a filosofia com o ser do pensamento e a causalidade divina. (CHAUI, 1999, p. 334-335)

É a partir do conceito de Deus que o espírito humano tem como garantida a verdade de suas ideias claras e distintas e a capacidade de criar uma ciência de fato segura, pois a criação divina, quando se trata das coisas materiais, é sempre igual e desta forma as leis da natureza nunca mudam e podem ser estudadas pela humanidade sem a preocupação de um dia tudo mudar. O Deus cartesiano é uma substância absolutamente perfeita e desta forma, nunca poderia errar, tudo é sempre igual no mundo material pois Deus, por ser perfeito, não mudaria de ideia, já que isso implicaria em uma evolução da substância divina, o que faria com que ela anteriormente não fosse tão perfeita e estivesse ainda se aperfeiçoando. Então é entendido que Deus ordenou todas as coisas de forma prévia. “Todavia, pelo que até agora nos foi dado conhecer acerca de Deus, sabemos que o seu poder é tão grande que cometeremos um crime grave só por pensarmos que alguma vez seríamos capazes de realizar algo que Ele não houvesse ordenado anteriormente.” (DESCARTES, 2016, p. 41)

A filosofia cartesiana nos apresenta um Deus perfeito, uma substância espiritual e criador de tudo o que existe. Descartes também divide as coisas existentes em três substâncias distintas: a *Res cogitans*, a *Res extensa* e a substância divina. Essa realidade fragmentada entre o que é divino, o pensamento humano e a matéria gera desconforto, pois, no caso humano, somos tanto pensamento quanto corpo. Como ocorreria essa comunicação entre nosso espírito imaterial e nosso corpo, que é pura matéria? A partir desse incômodo, Espinosa elabora sua filosofia da imanência, dissolvendo alguns problemas presentes na filosofia de Descartes, especialmente os relacionados à matéria. Para Espinosa, a extensão passa a expressar a essência de Deus, não podendo, portanto, ser separada dele. No entanto, alguns pensadores da época rejeitaram a teoria de um Deus material e não transcendente, assim como a ideia de que este mundo em que vivemos não foi feito por Deus para nós. Descartes já afirmava que não devemos ser presunçosos a ponto de pensar que entendemos as razões pelas quais Deus criou o mundo. “Não nos deteremos também a examinar os fins que Deus se propôs a criar o mundo, e por isso, rejeitaremos completamente a investigação das causas finais da nossa filosofia, porque não devemos presumir tanto de nós próprios ao ponto de crer que Deus nos quis fazer participar de seus intentos.” (DESCARTES, 2016, p. 37) Tanto Descartes quanto Espinosa abrem mão da causa final em suas filosofias: Descartes sustenta que não possuímos um intelecto perfeito o suficiente para compreender os motivos pelos quais Deus criou o mundo dessa maneira,

enquanto Espinosa argumenta que nosso pensamento está condicionado por preconceitos, o que nos leva a confundir causas com efeitos, e vice-versa e que as coisas existentes estão no mundo pela sua própria potência de ser e existir e não para servir qualquer outra espécie.

Por outro lado, trabalharemos outro autor moderno que reflete a partir das causas finais: Leibniz, que entende o mundo como uma criação deliberada de Deus. Com base na bondade divina, ele argumenta que vivemos no melhor dos mundos possíveis. O pensamento de Leibniz é se emaranha na racionalidade cristã estabelecida, levando-o a afirmar que este mundo contém mais bem do que mal, e que a humanidade é particularmente beneficiada em relação a outras espécies. Para Leibniz, essa vantagem permite que sigamos os ensinamentos de Deus, sendo que aqueles que os seguem serão recompensados em um mundo perfeito, em outra realidade, enquanto os que não seguem serão castigados. Leibniz também introduz a ideia de uma harmonia preestabelecida, na qual todos os eventos e ações no mundo estão em consonância com o plano divino, sem necessidade de intervenção contínua de Deus. Ele se opõe à visão de um universo caótico ou sem propósito, sustentando que a racionalidade de Deus se reflete na organização do cosmos.

As percepções das Mônadas nascem uma das outras por intermédio das leis do apetite ou das causas finais do Bem e do Mal (que consistem em percepções notáveis, ordenadas ou desordenadas), tal como as alterações dos corpos e os fenômenos externos nascem uns dos outros pelas leis das causas eficientes, ou seja, dos movimentos. Assim, há uma perfeita harmonia entre as percepções da Mônada e os movimentos dos corpos, preestabelecida inicialmente entre o sistema de causas eficientes e aquele das causas finais. (LEIBNIZ, 2009, p. 46)

A famosa afirmação de Leibniz de que este é “o melhor dos mundos possíveis” também é uma tentativa de reconciliar a existência do mal com a bondade de Deus, sugerindo que o mal tem um papel necessário na estrutura geral do bem maior.

Em vista disso, este trabalho aborda algumas questões sobre o projeto “racionalista” da filosofia moderna, destacando que Espinosa, apesar de ser um pensador moderno que compartilha dos princípios da revolução científica, também se posiciona como um crítico perspicaz das questões problemáticas que emergiram com a filosofia cartesiana. Enquanto Descartes estabelece uma separação rígida entre mente e corpo, Espinosa propõe uma visão substancialista da realidade, na qual Deus e a natureza são uma única substância. Espinosa

também rejeita a ideia de um Deus transcendente e intervencionista, oferecendo uma alternativa que concebe Deus como imanente ao mundo, dissolvendo a divisão entre o divino e o material. Essa postura crítica e inovadora de Espinosa revela sua tentativa de superar algumas das limitações da filosofia moderna, ao mesmo tempo em que dialoga com o legado da revolução científica e suas implicações metafísicas.

## Capítulo I

### Definição e natureza de Deus na modernidade e a crítica Espinosana

Na primeira parte da *Ética demonstrada à maneira dos geômetras*, livro onde é tratado o conceito de Deus por Espinosa, o autor inicia o texto a partir de oito definições de onde todos os axiomas, proposições e demonstrações se seguirão. Porém, o autor não parte da definição de Deus, tema do livro em questão, mas sim da definição de *causa sui* para então desdobrar os outros objetos constituintes da realidade e chegar, a partir da necessidade interna de seu texto, ao conceito de Deus. Porém, em outros textos, como no *Breve Tratado*, Espinosa defendeu que o conceito de Deus, por ser a primeira causa e também a causa de tudo o que existe, é mais adequadamente demonstrado *a priori*, pois só depende de si mesmo para ser demonstrado e por isso uma demonstração *a priori* seria superior à demonstração *a posteriori*, que também é possível. Mas apesar do trabalho feito na *Ética* propor uma nova forma de apresentação de temas abordados antes pelo autor, ainda temos na obra em questão uma demonstração *a priori* do que é Deus e não há uma autocontradição quando Espinosa define Deus apenas em sexto lugar na *Ética*, ele apenas está respeitando a lógica escolhida por ele mesmo para o desenvolvimento de seu livro, o método geométrico. Ainda se trata de uma demonstração *a priori*, pois as definições que precedem a definição de Deus ainda dizem respeito a um só objeto e o autor não parte dos efeitos da substância divina para então explicar o que ela é, mas primeiro explica o que Deus é para então lhe dar esse nome. Tais questões podem ser melhor compreendidas se pensadas a partir do seguinte trecho de Marilena Chaui em *A Nervura do Real*: “... a ordem geométrica constrói suas ideias segundo a necessidade que lhes é intrínseca, e não conforme às carências daquele que busca felicidade e salvação. A necessidade lógica impõe que se chegue à existência de Deus, em vez de partir dela.” (CHAUI, 1999, p. 745) É preciso que a partir da necessidade interna do texto os objetos sejam colocados e como o tema em questão dessa primeira parte é Deus, esse objeto precisa ser construído logicamente para então ser definido precisamente. Digo precisamente, pois tudo o que é definido antes do conceito de Deus nas definições da primeira parte da *Ética* diz respeito à essência de Deus, pois a realidade é ele próprio.

Espinosa coloca como primeira definição a *causa sui*, esta tratando-se de uma coisa que concebe a si mesma e cuja essência envolve existência necessária; em seguida, na terceira definição temos o conceito de substância, que se liga à *causa sui*, pois ambas expõem a definição de algo concebido por si mesmo e existente por si. E, finalmente, em sexto lugar, Deus é definido como sendo uma substância absolutamente infinita, o que mais uma vez expõe

a relação entre os conceitos antes citados. *Causa sui*, substância e Deus são uma coisa só. Todas as oito definições da primeira parte da *Ética* dizem respeito à natureza divina ou sobre a própria realidade, pois Deus é o real, é a totalidade, e não existe nada fora dele. Há diferentes nomes que se adequam à sua natureza, essa que trata de causar a si mesma: ser uma substância absolutamente infinita, ter infinitos atributos e ser causa de toda a realidade.

Outra definição importante desse livro, e que nos faz melhor compreendermos o intuito deste trabalho, é a sétima definição, onde Espinosa expõe o que é causa livre e que Deus é livre, pois se trata de uma substância que se autodetermina e não é coagida por outro. O fato da substância ser concebida por si e ter sua existência determinada também por ela própria nos mostra que Deus é sim causa livre exatamente por agir condicionado exclusivamente por sua potência de ser e existir e nada além da mesma, o que implica uma distinção em relação à tradição, que tem liberdade e necessidade como coisas opostas. Porém, o que os conceitos de liberdade e necessidade têm em comum não diz respeito a terem definições iguais na obra de Espinosa. A necessidade está sempre presente dentro do sistema espinosano, mas depende de quem determina a causa, se é a própria substância determinando-se ou algum de seus modos sendo determinados por outra coisa. No primeiro caso, quando a substância é determinada pela sua própria necessidade, podemos dizer que se trata de uma coisa livre, mas quando outro a determina, trata-se de uma coerção. “Diz-se coisa livre a coisa que existe exclusivamente pela necessidade de sua natureza e que por si só é determinada a agir. E diz-se necessária, ou melhor, coagida, aquela coisa que é determinada por outra a existir e a operar de maneira definida e determinada.” (ESPINOSA, E.I, Definição 7)

Segundo os dois primeiros axiomas da primeira parte da *Ética*, a realidade consiste em duas coisas: aquilo que existe em si mesmo (a substância) e o que existe em outro (os modos) e tais coisas foram postas na existência da mesma maneira, ou foram concebidas por si mesmas ou por outro. Ou seja, há uma causa que concebe a si mesma e um efeito que existe dentro de sua causa, pois, segundo o primeiro axioma citado anteriormente, ou se existe em si ou em outro, então ou se é uma determinada coisa ou se existe dentro de outra coisa. Agora, nomeando os conceitos, podemos dizer que a realidade como entende Espinosa é constituída por uma substância, ou seja, Deus, que é um ente totalmente positivo, nada pode ser negado ao seu conceito, pois se trata de uma substância que existe necessariamente e é absolutamente infinita. Nada limita Deus, isto é, nada está fora dele, pois negar a infinitude divina significa dizer que a substância seria uma coisa finita, já que o conceito de finitude é estar entre outros e ser limitado por coisas de natureza semelhante a sua. Deus é causa de si, põe-se na existência de forma absoluta em primeiro lugar e a partir de sua rede causal infinita coloca na existência

também os seus modos (aquilo que existe em outro). Mas, apesar de não existir nada fora da substância divina e os modos serem imanentes a sua causa, ainda, segundo a primeira proposição da primeira parte da *Ética*, o colocar-se na existência da substância é anterior ao causar de seus modos. “Uma substância é, por natureza, primeira, relativamente às suas afecções.” (ESPINOSA, E1, P. 1)

A partir dos predicados de Deus, podemos afirmar que ele existe necessariamente, pois um ente cuja definição é ser absolutamente infinito e cuja essência é a própria existência teria o seu conceito contrariado se afirmarmos que não existe. A substância divina possui uma potência de existir infinita; a não existência resultaria em uma impotência, o que, mais uma vez, seria contraditório à própria natureza de Deus. Além disso, a substância divina é indivisível. O autor demonstra que não pode haver duas ou mais substâncias de mesma natureza, tampouco de naturezas distintas, uma vez que isso resultaria em dois infinitos de tamanhos distintos e as substâncias perderiam sua essência. Portanto, podemos concluir que a substância divina é única; Deus é único, e a realidade é composta apenas de uma substância infinita. Tudo o que existe foi concebido por Deus e existe Nele; não há nada fora da substância divina. Pois a substância é causa de si mesma e existe em si mesma, porém, seus modos são também concebidos por Deus e existem Nele, já que são causados por algo que não eles mesmos. A realidade é composta apenas pela substância e seus modos, e nada mais além disso. Como fica explícito no seguinte trecho:

Além de Deus, não pode existir nem ser concebida nenhuma substância (pela prop. 14), isto é (pela def. 3), uma coisa que existe em si mesma e que por si mesma é concebida. Os modos, entretanto (pela def. 5), não podem existir nem ser concebidos sem uma substância. Portanto, só podem existir na natureza divina e só por meio dela podem ser concebidos. Mas, além das substâncias e dos modos, não existe nada (pelo ax. 1). Logo, sem Deus, nada pode existir nem ser concebido. (ESPINOSA, E1, P. 15)

Dito isso, chegamos a uma das tradicionais problemáticas de toda a filosofia: a questão do atributo extensão. Atributo é aquilo que o autor entende como sendo algo que o intelecto da substância percebe como algo constitutivo de sua própria essência. “Por atributo compreendo aquilo que, de uma substância, o intelecto percebe como constituindo a sua essência.” (ESPINOSA, E1, Definição 4) A substância divina para Espinosa possui infinitos atributos,

mas nós humanos temos acesso a apenas dois deles, o atributo pensamento e o atributo extensão.

Espinosa escreve na proposição XV sobre autores que vieram antes dele e que negavam que Deus também fosse extenso; esse não era um atributo permitido à substância divina, que deveria ser transcendente ao mundo material. No entanto, Deus é o criador da coisa extensa, e um questionamento feito por Espinosa é como seria possível um ente que não possui determinado atributo ser o autor de sua existência? A coisa extensa não se limita à definição dada por autores como Descartes, para quem o mundo não tem nada em comum com Deus, apesar de ser Sua própria criação. Para Descartes, a extensão é de fato uma criação divina, mas não existe nenhuma semelhança entre Deus e o mundo material, pois Deus é apenas espírito e se assemelha à realidade humana apenas através do pensamento humano.

Com efeito, há coisas no mundo que são limitadas e de qualquer maneira imperfeitas, embora notemos algumas perfeições nelas; mas concebemos que não é possível que algumas delas estejam em Deus. Assim, dado que a extensão constitui a natureza do corpo, e que aquilo que é extenso pode ser dividido em várias partes, e que uma tal coisa denota uma imperfeição, concluímos que Deus não é um corpo. (DESCARTES, 2016, p. 35)

É através do nosso espírito que temos a ideia de Deus e a ideia da extensão em nossas mentes. A filosofia cartesiana nos apresenta a substância extensa como algo que possui largura, comprimento e profundidade, e é ela que constitui toda a realidade material, seja de nossos corpos e das coisas que temos acesso pelos nossos sentidos, seja quando falamos da totalidade do universo; a Terra e as estrelas são feitas da mesma matéria. A extensão também é entendida como indefinida para Descartes. O autor não a explica como algo infinito, pois esse predicado ele reserva apenas para a definição de Deus, mas assume que não podemos conceber limites para a substância extensa, já que nosso intelecto humano é deveras limitado e não conseguimos compreender toda a complexidade do universo.

O Deus de um filósofo e seu mundo sempre se correspondem. Ora, o Deus de Descartes, em contraposição à maioria dos Deuses anteriores, não é simbolizado pelas coisas que ele criou; Ele não se expressa nelas. Não existe nenhuma analogia entre Deus e o mundo; não há quaisquer *imagines* ou *vestigia Dei in mundo*; a única exceção é nossa alma, ou seja, um espírito puro, um ser, uma substância em que toda essência consiste em pensamento,



um espírito dotado de uma inteligência apta a apreender a ideia de Deus, isto é, do infinito (que lhe é mesmo inata), um espírito dotado também de vontade, ou seja, de liberdade infinita. (KOYRÉ, 1986, p. 100)

O Deus cartesiano nada tem em comum com a realidade material; no mundo, apenas a alma humana possui alguma semelhança com a substância divina. É a partir desta alma que podemos ter em nosso pensamento a ideia de Deus. Apesar de sermos seres finitos e imperfeitos, possuímos a ideia de um ser absolutamente infinito e perfeitíssimo em nosso intelecto, e não poderíamos ter tal ideia sem que, de fato, exista uma substância que tenha essas características como predicado. “Pois, embora haja em mim certa ideia de substância pelo fato mesmo de que sou substância, não seria, por isso, no entanto, a ideia de substância infinita, já que sou finito, a menos que ela procedesse de alguma substância que fosse deveras infinita.” (DESCARTES, 2004, p. 91) O Deus cartesiano existe de fato e é um ser absolutamente infinito e perfeito. É um Deus que nunca erra, engana ou muda de ideia, pois tais atitudes implicariam em uma imperfeição. Para Descartes, o mundo nunca muda; as leis da natureza sempre foram e sempre serão as mesmas. Dessa forma, Deus garante a verdade das nossas ideias claras e distintas, pois não há a possibilidade de tais verdades mudarem, uma vez que Deus as escolheu. Tudo foi criado a partir de um intelecto e uma vontade infinitos e perfeitos, e, portanto, não pode ser alterado. Na filosofia cartesiana, essa constância divina é fundamental para a ciência e o conhecimento humano. Descartes argumenta que, porque Deus é perfeito e não é enganador, podemos confiar na veracidade das percepções claras e distintas que temos.

Pois, se toda vez que julgar, eu contiver minha vontade dentro dos limites de meu conhecimento, de modo que ela só se estenda às coisas que o intelecto mostre clara e distintamente, é de todo impossível que eu venha a errar, porque toda percepção clara e distinta é sem dúvida algo real e positivo, não podendo, por conseguinte, provir do nada, devendo, ao contrário, ter Deus necessariamente como seu autor; Deus, digo, aquele que é sumamente perfeito e a quem repugna ser enganador. Eis por que essa percepção é, sem dúvida, verdadeira. (DESCARTES, 2004, p. 129)

Esse fundamento é crucial para seu método de dúvida metódica, segundo o qual ele inicialmente, visto não ter ainda uma definição de Deus indubitável, pode pôr em dúvida todas as opiniões em que até então confiara; mas, depois do *cogito*, reconstrói o conhecimento com

base na certeza da existência de um Deus perfeito. Portanto, a imutabilidade e perfeição de Deus são garantias para a estabilidade das leis naturais e a certeza do conhecimento humano.

Para Espinosa, caso as definições de extensão e de mundo fossem como Descartes defende, a extensão de fato não poderia ser considerada um atributo divino. Espinosa afirma que a extensão não é uma substância separada de Deus; pelo contrário, ela é um atributo divino que faz parte da essência da substância infinita. Descartes, por sua vez, afirma que Deus não pode ter nada de material.

Do ato de causar a si mesma da substância divina seguem-se um infinito de coisas, de infinitas maneiras. A substância, ao se manifestar na existência, gera também infinitos atributos, sendo que cada um deles produz uma essência infinita da substância, dos quais podemos, por sermos finitos, conceber apenas dois: o atributo pensamento e o atributo extensão. Esses dois atributos, são ambos infinitos em sua natureza e expressam uma essência definida da substância divina. Infinitas coisas decorrem da necessidade da natureza divina; é somente por meio dessa necessidade que as coisas podem adquirir existência. Em outras palavras, tudo o que existe está em Deus e é concebido por ele; não há nada fora dessa substância. Isso nos conduz à conclusão de que não existe nada fora de Deus capaz de determinar ou coagir suas ações. Assim, as ações da substância divina são exclusivamente determinadas por si mesma, não sendo influenciadas por nenhum outro agente. Deus é causa livre, agindo unicamente a partir de sua própria necessidade intrínseca. Sua liberdade, segundo a filosofia espinosana, não está atrelada a um intelecto ou vontade no sentido convencional. Ao contrário do entendimento de algumas religiões, como as cristãs, em que a liberdade divina é muitas vezes associada a um ato de escolha consciente na criação e governança do mundo, Espinosa define a liberdade como uma autodeterminação. “Demonstramos, além disso, na prop. 15, que nada pode existir nem ser concebido sem Deus, mas que tudo existe em Deus. Não pode existir, pois, fora dele, nenhuma coisa pela qual ele seja determinado ou coagido a agir. Logo, Deus age exclusivamente pelas leis de sua natureza e sem ser coagido por ninguém.” (ESPINOSA, E1, P. 17)

Dentro dessa perspectiva, Deus não delibera sobre o que deve ou não existir, contrariando a ideia de um Deus que decide, por meio de vontade deliberada ou liberdade do arbítrio, o curso da realidade. Na filosofia espinosana, a autodeterminação é a verdadeira essência e necessidade da liberdade divina, pois a substância não é constrangida por nada além de sua própria natureza intrínseca. Dessa forma, a liberdade de Deus não reside na capacidade de escolher arbitrariamente o que virá à existência ou como as coisas funcionarão. Em vez disso, ela é expressa pela autodeterminação da substância divina e pelo reconhecimento de que

toda causa gera um efeito. Essa visão implica uma rede causal infinita e absoluta, na qual cada evento é intrinsecamente ligado a outro, formando uma complexa teia de causalidade.

Outros julgam que Deus é causa livre porque pode, conforme pensam, fazer com que as coisas — que, como dissemos, se seguem de sua natureza, isto é, que estão em seu poder — não se realizem, isto é, não sejam produzidas por ele. Mas isso é como se dissessem que Deus pode fazer com que da natureza do triângulo não se siga que a soma de seus três ângulos é igual a dois ângulos retos, ou seja, que de uma dada causa não se siga um efeito, o que é absurdo. (ESPINOSA, E1, P.17)

A criação divina, nesse contexto, não é uma resultante da vontade, não decorre de análises deliberativas ou escolhas conscientes. Espinosa assim se bate contra a hipótese cartesiana da livre criação das verdades eternas por Deus, pois para Descartes, nada impede que Deus pudesse ter criado outras verdades eternas, dada a sua onipotência. Mas para Espinosa, as coisas são como são devido à expressão da substância divina, que manifesta uma rede infinita de relações de causa e efeito. Assim, a natureza de Deus, para Espinosa, reside na autodeterminação e na intrínseca conexão causal que permeia toda a existência.

Da potência de Deus são produzidas infinitas coisas de maneiras infinitas, ou seja, a realidade inteira. E tudo aquilo que está presente no intelecto divino é também existente em ato, tudo o que está no poder divino já existe. A substância, em sua essência, não concebe em seu intelecto entidades que não encontrem correspondência na realidade.

## Capítulo II

### Espinosa e Leibniz: Sobre a necessidade do universo e a liberdade humana

Pensando agora a partir da filosofia leibniziana, é preciso dizer, em primeiro lugar, que a realidade, ou a totalidade de todas as coisas que existem, está, antes de tudo, na mente de Deus e que é somente nele que está a razão de ser de tudo. Não há nada no universo inteiro que antes não tenha passado pelo intelecto divino e que esse criador não tenha decidido, de forma deliberada (mas num sentido de deliberação que implica necessidade), colocar na existência. A partir de tal afirmação, também é possível chegar à conclusão de que as coisas não possuem autonomia para existir por si mesmas e que possuem um destino escolhido por Deus antes mesmo de existirem. Na filosofia de Leibniz, o universo não existe fora do plano previamente estabelecido pelo seu criador. Somente Deus tem a existência absolutamente necessária; todo o resto não passa de uma criação, ou seja, tudo depende dele. Em contraste com o espinosismo, onde as coisas podem existir por uma potência própria, radicada na potência da substância, Leibniz argumenta que, antes de tudo ser posto na realidade, todas as coisas estão presentes na mente divina, tanto aquilo que passa a existir quanto tudo o que é apenas possível, mas que por Deus é descartado. Procuo evidenciar tal afirmação a partir da seguinte passagem: “Outro detalhe que deve ser ressaltado é o fato dos requisitos não possuírem sua fonte na própria criatura, enquanto existente ou enquanto possível. Há um único suporte para todos eles, que não seria outra figura senão Deus.” (SOUZA, p. 182, 2020)

A partir do pressuposto de que as coisas existentes não possuem razão de ser em si mesmas, mas são colocadas na existência a partir de um outro ser, alguns problemas se levantam. Estes problemas são acerca da determinação do mundo, daquilo que está contido na realidade, e se contradizem com a natureza divina, como a origem do mal. Tal questão é problemática, pois Deus, o criador de todas as coisas, é perfeito e também infinitamente bom. Como um ser com tais predicados pode ter colocado na existência todo o mal que atinge todas as suas outras obras? Como a humanidade pode ser responsabilizada por seus atos maus quando não é uma escolha cometê-los?

Uma das maneiras de atribuir a responsabilidade pelos atos bons e ruins cometidos pelos seres humanos é através da liberdade do arbítrio. As pessoas, apesar de serem criadas por outro ser, podem fazer o que sua consciência considera adequado e tomar suas próprias decisões. Elas escolhem o correto ou o errado com pleno conhecimento disso. No entanto, apesar de serem livres e entenderem o que devem ou não devem fazer, as pessoas ainda estão

dentro de um sistema necessário, onde tudo que existe, ou seja, todas as suas opções, boas ou más, já estão postas, o que implica em uma responsabilidade de Deus por seus atos. Foi o criador que colocou o bem e o mal e ele sabia que alguns acertariam enquanto outros errariam.

Então, como é ainda possível que aqueles que já possuem o destino traçado, de certa forma, sejam responsabilizados quando seu próprio criador criou as regras, mas não nos colocou em um jogo justo? O próprio Leibniz demonstra essa preocupação: apenas a liberdade humana não é capaz de livrar Deus da sua responsabilidade pelo mal presente no mundo.

Objeta-se que toda a realidade, e aquilo que é chamado de substância do ato, no próprio pecado, é uma produção de Deus, pois todas as criaturas e todas as suas ações obtêm dele o que elas recebem de real; de onde se pretenderia inferir não apenas que ele é a causa física do pecado, mas também que é sua causa moral, já que age muito livremente, e não faz nada sem um perfeito conhecimento da coisa e das consequências que ela pode ter. (LEIBNIZ, 2017, p. 134)

Não se pode esquecer que Deus é a única coisa perfeita existente e que faz parte de sua perfeição a infinita bondade, tudo o que existe é sim obra sua, inclusive o mal, porém, ele ainda é inteligentíssimo e delibera sempre pelo melhor. Essa substância que chamamos de Deus é necessária, mas aquilo que ela produz é contingente, ou seja, lembremos que, para Leibniz, apenas a substância absoluta possui todos os requisitos para criar o universo inteiro, e nem todos esses candidatos presentes na mente divina vão passar a existir, apenas aquilo que for escolhido por Deus virá a ser, o restante queda apenas como mera possibilidade não escolhida por Deus. “Acontece que essa suprema sabedoria, unida a uma bondade que não é menos infinita do que ela, não pôde deixar de escolher o melhor.” (LEIBNIZ, 2017, p. 138) O criador, antes da criação, tem conhecimento de todas as coisas que podem ser (possibilidade) e a partir do seu intelecto perfeito e infinito delibera a totalidade e o nexos das coisas criadas (realidade). Deus possui todos os requisitos possíveis e precisa que eles funcionem conjuntamente em harmonia, então, a partir disso, é decidido o que passa ou não a existir. É necessário a decisão divina e essa só pode ser a mais perfeita de todas, tudo o que há de conflituoso entre si é ignorado, pois o ser absolutamente perfeito e necessário não poderia escolher algo que não seja o melhor entre todas as possibilidades. Assim podemos concluir que o mal não escapa aos requisitos e que apesar disso Deus precisa escolher uma realidade onde há mais bem do que mal, pois está em sua essência ser bom.

Donde se segue que Deus, possuindo suprema e infinita sabedoria, age de forma mais perfeita, não só em sentido metafísico, mas também moralmente falando, podendo, relativamente a nós, dizer-se que, quanto mais estivermos esclarecidos e informados sobre as obras de Deus, tanto mais dispostos estaremos a achá-las excelentes e inteiramente satisfatórias em tudo o que possamos desejar (*souhaiter*). (LEIBNIZ, 1979, p. 119)

Desta forma podemos concluir que há uma substância absolutamente necessária, o que torna legítimos todos os predicados atribuídos a ela, esses são a infinitude, a sabedoria, a bondade e o poder absoluto. E há também todo o universo que antes de ser esteve na mente dessa substância e esteve junto a muitas outras coisas que não vieram a ser pois a deliberação divina foi pelo melhor e mais harmônico dos mundos, um mundo com mais bondade e menos maldade. O mal existe e é um requisito que não poderia escapar à mente de Deus, porém, segundo o autor, vivemos no melhor mundo possível pois é apenas isso que a substância criadora poderia fazer, o mundo não poderia ser nada além do melhor.

Contrariando a perspectiva leibniziana presente na *Teodiceia*, que sugere que Deus, por meio de uma análise das possibilidades, escolhe a melhor entre elas, a filosofia espinosana se afasta dessa visão. Para Espinosa, a ideia de que Deus escolhe entre possíveis alternativas é considerada uma ficção que nos distancia da verdade. Ele argumenta que essa concepção é meramente resultado do que ouvimos dizer, pois afirmar que Deus produz em seu intelecto realidades diversas que não se manifestam efetivamente na existência negaria a onipotência divina. Em vez disso, Espinosa enfatiza que a existência das coisas surge da infinita potência de Deus, que se expressam na realidade de forma correspondente com seu intelecto, seguindo a lógica da necessidade da própria substância. Sendo assim, tudo o que poderia existir já existe e não há nada que ficou apenas no intelecto divino como mera possibilidade e não veio a ser. “Portanto, a onipotência de Deus tem existido em ato, desde a eternidade, e assim permanecerá eternamente.” (ESPINOSA, E1, P.17)

Ainda precisamos abordar a relação de Deus com sua criação, que também diverge do pensamento cristão. Aqui não temos um Deus que está separado dela, a substância divina é causa imanente e não transcende os seus efeitos. Tudo o que existe, existe em Deus e por causa dele. Deus não é separado de sua criação, tudo o que existe é resultado da potência divina de

se colocar na existência. “Deus é causa imanente, e não transitiva, de todas as coisas.” (ESPINOSA, E1, P. 18)

Espinosa afirma que a única coisa que verdadeiramente existe é a substância absolutamente infinita, a qual ele identifica com Deus ou a Natureza. Segundo ele, não há nada fora dessa substância, e tudo o que existe faz parte dela. O pensamento e a matéria são dois dos infinitos atributos da substância divina, ou seja, modos pelos quais a essência infinita de Deus se expressa. Em contrapartida, Descartes concebe as coisas existentes como divididas em três tipos de substâncias distintas: *res cogitans* (substância pensante), *res extensa* (substância extensa) e Deus (a substância infinita). Deus, para Descartes, é o criador das outras duas substâncias, mas não faz parte da mesma realidade delas no sentido de ser uma substância independente(?).

Apesar de tanto Deus quanto o corpo e a alma humana serem considerados substâncias — isto é, aquilo que “é por si e em si” (segundo a definição cartesiana) — Descartes sublinha que não podem ser entendidas como substâncias no mesmo sentido. “Quando concebemos a substância, concebemos uma coisa que existe de tal maneira que só tem necessidade de si própria para existir.” (DESCARTES, 2016, p. 45) Apenas Deus existe de maneira absoluta, “em si e por si”, pois Ele não foi criado por nada fora dele. As outras substâncias, como a mente e o corpo, dependem de Deus para serem colocadas na existência e, portanto, não são “por si”.

Podemos, portanto, ter duas noções ou ideias claras e distintas: uma de uma substância criada que pensa e outra de uma substância extensa, desde que separemos cuidadosamente todos os atributos do pensamento dos atributos da extensão. Também podemos possuir uma ideia clara e distinta de uma substância não-criada que pensa e que é independente, isto é, de um Deus, desde que não pensemos que tal ideia represente tudo o que é n’Ele e que não acrescentemos nenhuma ficção do nosso entendimento; (DESCARTES, 2016, p. 46-47)

Descartes, portanto, introduz uma hierarquia ontológica: enquanto Deus é absolutamente independente e perfeito, as substâncias criadas, como a *res cogitans* e a *res extensa*, são dependentes e imperfeitas. Isso contrasta diretamente com a visão de Espinosa, que nega a distinção substancial entre Deus e o mundo, defendendo uma visão de imanência, onde Deus e a Natureza são a mesma realidade, pois a substância espinosana é causa de si e não de outro.

Leibniz concorda com Descartes quanto à transcendência de Deus. Ele define a realidade como composta de infinitas substâncias simples, chamadas de mônadas, sendo Deus a substância absoluta, infinita e o criador de todas as outras substâncias que constituem o universo. No caso dos seres humanos, Leibniz denomina a substância referente à alma (cartesiana) como "espíritos" ou "almas racionais", diferenciando-os das outras criações divinas, que também são mônadas, mas sem a mesma capacidade de raciocínio e autopercepção. “§ 29: Mas o conhecimento das verdades necessárias e eternas é o que nos distingue dos simples animais e nos faz possuidores da Razão das ciências, nos elevando a um conhecimento de nós mesmos e de Deus. É isso que, em nós, denomina-se Alma Racional ou Espírito.” (LEIBNIZ, 2014, p. 30)

Os seres humanos possuem uma relação especial com o divino. Embora não compartilhem da mesma realidade de Deus, os espíritos têm o dever de viver em conformidade com os ensinamentos divinos para alcançar uma realidade mais perfeita. Leibniz chama essa realidade de Cidade de Deus, um estado ideal onde a harmonia e a justiça divinas prevalecem, e que reflete a ordem e perfeição do plano de Deus. A Cidade de Deus é o destino final dos espíritos, onde eles participarão de uma felicidade plena e imutável, em harmonia com a vontade divina. O que se coaduna perfeitamente com a visão cristã, estamos aqui nesse mundo e existe um outro onde aqueles que agem de acordo com os ensinamentos bíblicos, aquilo que representa a própria palavra de Deus e por onde temos contato com as suas vontades e princípios, esses herdarão o reino dos céus, enquanto os que vão contra tais ensinamentos serão castigados na vida após a morte, sendo assim a vida nessa realidade que vivemos apenas uma passagem onde aprendemos os ensinamentos de Deus e alguns eleitos serão beneficiados por sua obediência e temor. Isso fica explícito quando Leibniz cita Jesus Cristo como aquele que traduziu os mistérios e as leis de Deus para os seres humanos no § 37 de seu *Discurso de Metafísica*:

Os filósofos antigos conheceram muito pouco estas verdades. Só Jesus as exprimiu divinamente bem e de maneira tão clara e familiar, que os mais grosseiros espíritos as compreenderam. Por isso, o seu Evangelho mudou inteiramente a face das coisas humanas, deu-nos a conhecer o Reino dos Céus ou esta República perfeita dos Espíritos, merecedora do título de Cidade de Deus, cujas leis admiráveis descobriu para nós. Só ele mostrou o quanto Deus nos ama e com que cuidado tratou de tudo o que nos toca; (LEIBNIZ, 1979, p. 152)



A citação acima nos esclarece onde Leibniz encontra inspiração para pensar seu conceito de Deus, pois para ele esse Deus não é apenas um conceito, mas sim o pai da humanidade e autor de tudo aquilo que existe, assim como diz a Bíblia, especificamente o que Jesus dizia sobre esse Deus. E é neste ponto que podemos encontrar semelhanças e discordâncias com os outros autores que analisamos. Descartes concorda com Leibniz que Deus transcende a realidade humana e material mas os dois autores pensam essa substância criadora de forma diferente: enquanto Descartes nos apresenta o conceito de Deus a partir de seu próprio pensamento, como um raciocínio para que toda a sua filosofia se sustente nesse conceito, já que é Deus que garante a existência de tudo e sua bondade de que não sejamos enganados, para Leibniz Deus é como um pai que a humanidade precisa seguir e o conhecemos não só pela nossa mente, mas por profetas que são enviados pelo próprio Deus à Terra para que nos informe de suas verdades.

Enquanto isso, Espinosa vai além dos dois autores, desenvolvendo uma perspectiva totalmente diferente dos demais pensadores modernos. Para ele, Deus está aqui entre nós, mas não no sentido cristão tradicional. Deus é tudo o que existe, e ele não está em uma realidade paralela à nossa. Nós fazemos parte dessa substância divina como seus modos, como uma parte finita dentro do infinito absoluto.

### **Capítulo III**

#### **Finalismo e superstição humana**

Todas as coisas existentes são, para Espinosa, predeterminadas, não pela vontade de um Deus (como parece entender Leibniz), mas sim pela necessidade de sua natureza absolutamente livre. A potência divina expressa sua existência e ação; Deus é pura ação infinita, pois sempre se segue um efeito produzido pelas coisas da natureza e assim se segue infinitamente. Procuo explicitar tais argumentos a partir da seguinte passagem presente no apêndice da E1:

Com isso, expliquei a natureza de Deus e suas propriedades: que existe necessariamente; que é único; que existe e age exclusivamente pela necessidade de sua natureza; que (e de que modo) é causa livre de todas as coisas; que todas as coisas existem em Deus e dele dependem de tal maneira que não podem existir nem ser concebidas sem ele; que, enfim, todas as coisas foram predeterminadas por Deus, não certamente pela liberdade de sua vontade, ou seja, por seu absoluto beneplácito, mas por sua natureza absoluta, ou seja, por sua infinita potência. (ESPINOSA, 2007, p. 63)

Seguindo na análise do apêndice, Espinosa questiona se a dificuldade de entendermos a concatenação das coisas se deve a preconceitos que estão intimamente unidos a todos nós, pois é de uma forma finalista que a humanidade concebe conceitos como os de Deus e de natureza, e sobre qual seria o nosso papel neste mundo. Tal preconceito é considerado pelo autor como prejudicial ao entendimento das coisas tal como são. Trata-se de pensarmos que toda a natureza existe em função de um fim, um fim chamado humanidade (finalismo antropocêntrico, radicado em Aristóteles). Essa visão antropocêntrica sugere que a totalidade da existência existe em função de um objetivo último voltado para a humanidade. Espinosa argumenta que essa maneira de conceber a realidade é prejudicial porque limita nossa compreensão da verdadeira natureza das coisas. Ele sugere que esse preconceito impede as pessoas de perceberem a concatenação completa e imparcial das causas e efeitos que constituem a realidade.

Ora, todos os preconceitos que aqui me proponho a expor dependem de um único, a saber, que os homens pressupõem, em geral, que todas as coisas naturais agem, tal como eles próprios, em função de um fim, chegando até mesmo a dar como assentado que o próprio Deus dirige todas as coisas tendo em vista algum fim preciso, pois dizem que Deus fez todas as coisas em função do homem, e fez o homem, por sua vez, para que este lhe prestasse culto. (ESPINOSA, 2007, p. 65)

Tudo que temos à nossa disposição refere-se a um meio para nos mantermos neste planeta. Nós, seres humanos, aceitamos esse preconceito como a base de muitas das nossas explicações acerca de Deus e da natureza por desconhecermos as causas verdadeiras das coisas. Precisamos de respostas e aceitamos aquelas que são mais fáceis de justificar, e estas são assim porque não precisam de razão nenhuma, apenas são acreditadas cegamente. Isso ocorre porque não conseguimos, por nós mesmos, alcançar toda a rede causal que nos trouxe até aqui e que trouxe tudo aquilo de que nos servimos, e então temos as coisas naturais como se tivessem sido feitas exclusivamente para nós. Temos a realidade como uma criação divina para o proveito dos seres humanos que em troca devemos adorar a Deus, já que toda sua obra foi feita exclusivamente para nós. Acredita-se que tudo foi feito para o benefício humano e não que as coisas possuem um valor próprio, mas sim uma finalidade extrínseca a elas, intrínseca apenas aos humanos. Os seres humanos também operam desta maneira, agindo de acordo com aquilo que os trará algo útil para suas vidas, por exemplo cultuam a Deus por medo da danação eterna e de infortúnios em suas vidas, então o fazem em busca do benefício da eternidade no paraíso e para que sejam recompensados em vida também.

Porém, além de beneficiar a humanidade com diversas coisas boas que contribuem para a perseverança da raça humana na Terra, a natureza também é repleta de elementos que podem destruir os seres humanos. Exemplos disso incluem desastres naturais, como terremotos e tsunamis, além das doenças. A partir dessas adversidades, surge a ideia de que a culpa por tantas desgraças recai sobre os próprios seres humanos, que pecam e não cultuam a Deus de maneira correta, ofendendo-o. Essa concepção leva a humanidade a conduzir sua vida imersa em superstições, ignorando a necessidade de refletir sobre as causas das coisas. “E embora, cotidianamente, a experiência contrariasse isso e mostrasse com infinitos exemplos que as coisas cômodas e as incômodas ocorrem igualmente, sem nenhuma distinção, aos piedosos e aos ímpios, nem por isso abandonaram o inveterado preconceito.” (ESPINOSA, 2007, p. 67)

Nascemos ignorantes desse conhecimento, e na tentativa de explicar tanto os eventos positivos quanto os negativos que ocorrem a todos, independentemente da devoção religiosa do indivíduo, aceitamos a ideia de que os motivos divinos para o funcionamento do mundo são inacessíveis à humanidade. “Deram, por isso, como certo que os juízos dos deuses superavam em muito a compreensão humana.” (ESPINOSA, 2007, p. 67) Os propósitos de Deus são tidos como misteriosos, e que devemos aceitar essa falta de compreensão e sermos devotos para que alcancemos o reino dos céus.

Espinosa destaca uma confusão recorrente na mente humana: a tendência de classificar os efeitos como causas e vice-versa. Há uma concepção equivocada de que as coisas naturais estão dispostas para nosso usufruto, levando-nos a julgar-nos mais perfeitos e dignos que a própria natureza, considerando que tudo existe para nos servir. Contudo, o autor argumenta que essa percepção, consolidada na teoria causal/teleológica aristotélica, é resultado da imaginação humana, na qual se ignora as verdadeiras razões para a configuração da natureza. Como não compreendemos completamente, muitos atribuem essa ordem a um plano divino, afirmando que Deus assim determinou.

Espinosa argumenta que a coisa mais perfeita é aquela que se produz imediatamente, indicando que Deus, sendo causa de si mesmo, primeiro se produz e, em seguida, todos os efeitos, estabelecendo uma rede causal infinita e determinada. No entanto, a humanidade frequentemente evita compreender a realidade como ela é, negligenciando a análise das causas dos efeitos naturais. Em vez disso, muitos desistem do esforço intelectual, aceitando que as coisas são como são porque Deus assim quis, evitando investigar e pensar por si mesmos e focando apenas na adoração a Deus como a ação correta e benéfica. Quando afirmamos que Deus criou as coisas visando um fim, também estamos atribuindo a ele uma imperfeição. Ao criar as coisas da natureza e os seres humanos, estava em busca de algo que lhe faltava, neste caso, alguém que o adorasse. Isso sugere uma necessidade em Deus de ser reverenciado, e para isso, criou as pessoas e concedeu-lhes as coisas da natureza, para que pudessem desfrutar delas e expressar gratidão, prestando-lhe culto. E essa posição de Espinosa concorda com o pensamento dos pensadores que iniciaram a revolução científica, Copérnico e Galileu, depois se tornando um projeto cartesiano também. A Revolução Científica não apenas rompeu com a visão de mundo centrada em dogmas religiosos e filosóficos tradicionais, mas também inaugurou um novo método de investigação baseado na observação, na experimentação e na matemática.

Também estamos tão habituados à utilização das matemáticas para o estudo da natureza que não nos damos mais conta da audácia da asserção de Galileu de que “o livro da natureza é escrito em caracteres geométricos”, tanto mais que não estamos conscientes do carácter paradoxal de sua decisão de tratar a mecânica como um ramo das matemáticas, isto é, de substituir o mundo real da experiência quotidiana por um mundo geométrico hipostasiado e de explicar o real pelo impossível. (KOYRÉ, 1982, p. 184)

Os fundamentos da Revolução Científica buscavam desvendar os mistérios do universo por meio de uma crítica e substituição dos princípios anteriores, colocados como a verdade pelos pensadores da Idade Média, cujas bases estavam validadas na filosofia aristotélica, que é oposta aos valores da revolução científica. “A física de Aristóteles se baseia na percepção sensível, e é por isso que é decididamente antimatemática.” (KOYRÉ, 1982, p. 185) A teoria da natureza de Aristóteles fundamenta-se na experiência sensível e no movimento, e o filósofo concebe a realidade a partir de quatro causas: material (do que é composto um determinado objeto da natureza), formal (sua forma), eficiente (quem ou o que o trouxe à existência) e final (a razão de sua existência). E é a partir da causa final que é explicado o movimento das coisas naturais, pois tudo vem a existir no mundo procurando se aperfeiçoar e se tornar aquilo que nasceu para ser, como por exemplo, uma árvore é primeiro uma semente para então brotar, crescer e se tornar aquilo que antes era apenas em potência. Então, o pensamento medieval baseia-se nessa teoria das causas para explicar toda a realidade, nós fomos criados por um Deus que criou também tudo o que existe além de nós, para nós e precisamos ser agradecidos e lhe prestar culto, já que tudo o que existe foi escolhido por Deus para nos beneficiar. O sol gira em torno da Terra para a iluminar, essa se encontra no centro do universo e tudo está à sua disposição.

Toda essa desordem que o gênero humano comete quando confunde causa por efeito e também o contrário, somada à crença de que tudo possui uma finalidade, leva a humanidade a estabelecer os conceitos de bem e mal. O que está de acordo com a religião é considerado bom, aprovado por Deus, enquanto o que contraria essa visão é rotulado como mal. Importante ressaltar que Deus nunca comunicou diretamente à humanidade o que era bom ou mau. As definições, portanto, derivam quase exclusivamente da imaginação humana, e muitas vezes não questionamos ou analisamos intelectualmente o que consideramos bom ou mau. Em vez disso,

imaginamos algo como negativo e atribuímos esse pensamento a Deus, como se ele próprio o tivesse definido dessa maneira.

Tudo aquilo, pois, que beneficia a saúde e favorece o culto de Deus eles chamaram de bem; o que é contrário a isso chamaram de mal. E como aqueles que não compreendem a natureza das coisas nada afirmam sobre elas, mas apenas as imaginam, confundindo a imaginação com o intelecto, eles creem firmemente que existe uma ordenação nas coisas, ignorando tanto a natureza das coisas quanto a sua própria. (ESPINOSA, 2007, p. 71)

Essa confusão também se baseia em uma validação incorreta que damos às coisas que sentimos, aos nossos sentidos, isto é, afirmamos que a natureza de uma determinada coisa é ruim, ou feia, ou o contrário disso. Por conta de uma disposição do nosso próprio corpo produzimos um juízo sobre aquilo que nos afetou como se fosse algo verdadeiro. Então julgamos as coisas a partir da maneira que somos afetados e isso vale também para os conceitos de bom e mau, e além dos pensamentos que atribuímos a Deus acerca dessas coisas, também afirmamos que algo é bom ou ruim pelos nossos próprios sentimentos. “Porque acreditam, como já dissemos, que todas as coisas foram feitas em função deles, e é com base na maneira como foram afetados por uma coisa que dizem que a sua natureza é boa ou má, sã ou podre e corrompida.” (ESPINOSA, 2007, p. 73)

## Considerações finais

Em primeiro lugar, este trabalho procurou apresentar como Espinosa define a substância, conceito central de sua filosofia, pois representa aquilo que funda tudo o que existe e nos apresenta o principal diferencial de Espinosa em referência a Descartes. A natureza como sinônimo de substância divina, ou Deus, nos apresenta uma filosofia da imanência, na qual Deus não está separado do mundo, mas se manifesta através de seus infinitos atributos, como o pensamento e a extensão. Descartes, ao romper com a tradição escolástica, estabeleceu as bases de uma nova metafísica, onde a separação entre *res cogitans* e *res extensa*, junto com a garantia da veracidade divina, ofereceu um caminho seguro para a ciência moderna. No entanto, as implicações dessa divisão trouxeram problemas que influenciaram a filosofia espinosana. A partir de sua crítica ao dualismo cartesiano, sua visão substancialista dissolveu a fragmentação da realidade cartesiana, propondo uma unidade essencial entre Deus, natureza e substância, o que redefiniu a relação entre o divino e o material.

Em seguida, fizemos uma análise de alguns aspectos da filosofia leibniziana, a fim de comparar as consequências de um Deus transcendente e inspirado no pensamento cristão, que deliberou sobre a realidade humana com base em sua vontade e bondade. Nesse contexto, o ser humano, dotado de livre-arbítrio, precisa lidar com o bem e o mal, sendo responsável por decidir suas ações e sendo punido ou recompensado por elas em um mundo onde o mal não pode deixar de existir. Em contraste, a filosofia da imanência, desenvolvida por Espinosa, rejeita a ideia de que Deus delibera entre o bem e o mal. Para Espinosa, Deus é uma causa absolutamente infinita que se manifesta de infinitas maneiras, sendo uma substância de pura ação. Tudo o que existe está contido em Deus, e as noções de bem e mal dependem do contexto da situação analisada. Espinosa nega que Deus tenha escolhido introduzir o mal na realidade como um meio para que sigamos seus ensinamentos e sejamos recompensados, ou, inversamente, punidos, caso não sigamos a vontade divina.

Leibniz, ao defender a ideia de que vivemos no “melhor dos mundos possíveis”, refletiu sobre as causas finais de maneira diferente de Espinosa, que, assim como Descartes, acreditava que essas atrapalhavam o verdadeiro entendimento das razões das coisas e aboliu a causalidade final de sua filosofia. Leibniz, ao afirmar que Deus, em sua bondade infinita, escolheu criar um mundo no qual o bem supera o mal, tenta reconciliar a existência do mal com a perfeição divina.

Sua filosofia, influenciada pela racionalidade cristã, propõe a harmonia preestabelecida, na qual todos os eventos se entrelaçam em um plano maior de justiça e bondade.

A análise das filosofias de Descartes, Espinosa e Leibniz revela como os pensadores modernos buscaram lidar com questões centrais que emergiram no contexto do projeto da modernidade, especialmente as relações entre Deus, a natureza e o conhecimento humano. Suas diferenças e convergências evidenciam o dinamismo do período e a complexidade de suas tentativas de integrar razão, ciência e fé em um novo sistema de compreensão do mundo e da existência humana. Espinosa, como um pensador moderno, propôs uma revolução no pensamento, buscando libertá-lo das imposições religiosas, sem, contudo, ignorar as problemáticas levantadas pela divisão cartesiana da realidade humana em duas substâncias. Essa divisão, que tornava incompreensível a comunicação entre mente e corpo, é superada em Espinosa ao conceber a matéria como um atributo divino, dissolvendo o problema da comunicação entre substâncias. No entanto, Espinosa enfrentou um obstáculo ainda maior: os preconceitos gerados pela religião. Sua filosofia, ao desafiar o cristianismo, foi considerada herética e vista como uma ameaça à ortodoxia religiosa de sua época.



## **Referências Bibliográficas**

CHAUI, Marilena. Nervura do Real. Editora: Companhia das letras. Ano: 1999

CHAUI, Marilena. Nervura do Real II. Editora: Companhia das letras. Ano: 2016

DESCARTES, René. Meditações sobre Filosofia Primeira. Editora: Unicamp. Ano: 2004

DESCARTES, René. Princípios de Filosofia. Editora: Edições 70. Ano: 2016.

KOYRÉ, Alexandre. Estudos de história do pensamento científico. Editora: UnB. Ano: 1982

KOYRÉ, Alexandre. Do mundo fechado ao universo infinito. Editora: Forense Universitária.

LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm. A Monadologia e outros textos. Editora: Hedra. Ano: 2009

LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm. Ensaio de Teodiceia. Editora: Estação Liberdade. Ano: 2017

NEWTON, Isaac. LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm. Editora: Abril Cultural. Ano: 1979.

SOUZA, André. Princípios: Revista de Filosofia, Natal, v. 27, n. 53, maio - ago. 2020.

SPINOZA, Benedictus de. Ética. Editora: Autêntica. Ano: 2007.